

RELATÓRIO DE CONSULTA PÚBLICA

Avaliação de Impacte Ambiental n.º 3751

Central Solar Fotovoltaica de Vale Sobreirinho



Título: Relatório de Consulta Pública

Central Solar Fotovoltaica Vale Sobreirinho

Autoria: Agência Portuguesa do Ambiente

Departamento de Comunicação e Cidadania Ambiental

Divisão de Cidadania Ambiental

Maria Clara Sintrão

Data: Março de 2025

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO.....	4
2. O PROJETO	4
3. LOCALIZAÇÃO.....	4
4. PERÍODO DE CONSULTA PÚBLICA	4
5. DOCUMENTOS PUBLICITADOS E LOCAIS DE CONSULTA.....	4
6. MODALIDADES DE PUBLICITAÇÃO.....	5
7. PROVENIÊNCIA e SÍNTESE DAS EXPOSIÇÕES RECEBIDAS.....	5

ANEXO I

Exposições recebidas

1. INTRODUÇÃO

Em cumprimento do disposto no Decreto-Lei n.º 151-B/2013, de 31 de outubro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei 152-B/2017, de 11 de dezembro, procedeu-se à Consulta Pública do Estudo de Impacte Ambiental do projeto **Central Solar Fotovoltaica de Vale Sobreirinho**. O proponente deste projeto é a EDP Renováveis, SA. e a entidade licenciadora, a DGEG.

2. O PROJETO

O projeto tem como objetivo a instalação de um Centro Eletroprodutor Híbrido de energia renovável para a hibridização do Aproveitamento Hidroelétrico de Ribeiradio (AHRD). O projeto permitirá otimizar os períodos de baixa afluência na geração hidráulica, quando a taxa de utilização do AHRD é reduzida, aumentando a energia fornecida ao sistema sem ultrapassar a potência de ligação atribuída.

3. LOCALIZAÇÃO

O Projeto localiza-se no concelho de Águeda.

4. PERÍODO DE CONSULTA PÚBLICA

A consulta pública decorreu durante 30 dias úteis, de 14 de janeiro a 24 de fevereiro de 2025.

5. DOCUMENTOS PUBLICITADOS E LOCAIS DE CONSULTA

A documentação relativa a este procedimento de consulta pública esteve disponível no portal Participa.pt.

6. MODALIDADES DE PUBLICITAÇÃO

A publicitação do Estudo de Impacte Ambiental, incluindo o Resumo Não Técnico, foi feita por meio de:

- Afixação de Anúncios na CCDR Centro e na câmara municipal de Águeda;
- Envio de nota de imprensa para os órgãos de comunicação social de âmbito nacional;
- Divulgação na internet no *site* da Agência Portuguesa do Ambiente e no portal Participa.pt;
- Envio de comunicação às ONGA de âmbito nacional e da área de implantação do projeto, constantes no RNOE;
- Envio de comunicação a diversas entidades.

7. PROVENIÊNCIA E SÍNTESE DAS EXPOSIÇÕES RECEBIDAS

Durante o período de consulta pública foram recebidas 4 exposições provenientes de DGADR- Direção geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural; CHIRO-Associação Morcegos; ZERO - Associação Sistema Terrestre Sustentável; 1 cidadão, a título individual.

A **DGADR** informa que a área do projeto não interfere com aproveitamentos hidroagrícolas da sua competência, pelo que nada tem a opor à sua implantação.

A **CHIRO** destaca falhas na avaliação dos impactos sobre os quirópteros, principalmente devido à ausência de trabalho de campo (foi feita apenas pesquisa bibliográfica) e subestimação das espécies presentes. Reforça, ainda, a importância dos morcegos no equilíbrio ecológico, especialmente no

controle de insetos e alerta que devido à sua baixa taxa de reprodução, os impactos negativos podem ter consequências graves e duradouras.

Adverte, também, sobre os efeitos que a implantação de Centrais Fotovoltaicas pode induzir, pela perda de habitat, redução de presas e destruição de abrigos, principalmente devido ao corte de árvores.

Por fim, a CHIRO sublinha da importância de estabelecer uma base de referência e recomenda a implementação de planos de monitorização ao longo de todas as fases do projeto, com amostragens semanais entre março e outubro para avaliar a mortalidade nas áreas dos painéis solares e vedações, para avaliar corretamente os impactos na fauna local.

A **ZERO** critica o facto de parte da implantação do projeto incidir sobre áreas de Reserva Ecológica Nacional (REN), afetando as cabeceiras de linhas de água, e questiona porque é que o projeto não foi desenhado inteiramente fora dessas áreas, dado o impacto reduzido que essa alteração teria na produção de energia. Alerta, ainda, que essa ocupação pode aumentar a erosão e afetar a infiltração da água nas bacias hidrográficas.

Realça que o projeto compromete a preservação do solo, pois envolve movimentação de terras, terraplanagem e remoção de solo vegetal, além de que não apresenta alternativas para minimizar esses impactos.

A ZERO considera que o projeto precisa de maior aprofundamento para justificar as suas escolhas e, por isso, emite um parecer desfavorável à sua aprovação.

Por último, aponta falhas de acesso dos documentos na plataforma do SIAIA, o que dificulta a análise do Estudo de Impacte Ambiental, durante o período de consulta pública.

O **Cidadão**, que a título individual se pronunciou, manifesta uma posição de concordância com o projeto.



RELATÓRIO DE CONSULTA PÚBLICA

Maria Clara Sintrão

ANEXO I

Exposições recebidas



Dados da consulta

Nome resumido	Central Solar Fotovoltaica Vale Sobreirinho
Nome completo	Central Solar Fotovoltaica Vale Sobreirinho
Descrição	Central Solar Fotovoltaica Vale Sobreirinho
Período de consulta	2025-01-14 - 2025-02-24
Data de início da avaliação	2025-02-25
Data de encerramento	
Estado	Em análise
Área Temática	Ambiente (geral)
Tipologia	Avaliação de Impacte Ambiental
Sub-tipologia	Procedimento de Avaliação
Código de processo externo	
Entidade promotora do projeto	EDP-Gestão da Produção de Energia, S.A
Entidade promotora da CP	Agência Portuguesa do Ambiente
Entidade coordenadora	Agência Portuguesa do Ambiente
Técnico	Clara Sintrão

Eventos

Documentos da consulta

Resumo não Técnico	Documento	https://siaia.apambiente.pt/AIADOC/AIA3751/vol2_rnt_csf_valesobreirinho_revdez24202511416215.pdf
Relatório Síntese	Documento	https://siaia.apambiente.pt/AIADOC/AIA3751/vol1-relsintese_csf_valesobreirinho_revdez24_vf2025114162022.pdf
Outros Documentos		https://siaia.apambiente.pt/AIA.aspx?ID=3751

Nº Participações	3
Nº Seguidores	6

Estatísticas sobre a tipologia

Concordância	1
Discordância	1
Geral	0
Proposta concorrente	0
Reclamação	1
Sugestão	0

Participações

ID 82222 CHIRO - Associação Morcegos.PT em 2025-02-24

Comentário:

A descrição da situação de referência do grupo dos quirópteros é deficitária, sendo insuficiente para avaliar os impactos do projeto neste grupo. Recomenda-se a monitorização da atividade dos quirópteros em fase de pré-construção a fim de ter uma base adequada para a correta avaliação dos impactos. Recomenda-se também a monitorização da atividade e da mortalidade em fase de exploração. A monitorização da mortalidade potencial de quirópteros deverá ser realizada nas zonas dos painéis fotovoltaicos e ao longo das vedações, com amostragens semanais para deteção de cadáveres de Março a Outubro e amostragens de fatores de correção de estimativas de mortalidade (eficácia de deteção e taxas de remoção).

Anexos: 82222_PARECER_TÉCNICO_SOBRE_EIA_CSF_Vale_Sobreirinho.pdf

Tipologia: Discordância

ID 82219 ZERO - Associação Sistema Terrestre Sustentável em 2025-02-24

Comentário:

Exmos/as. senhores/as, Junto se anexa parecer da ZERO relativo a este projeto. Cumprimentos, A direção da ZERO

Anexos: 82219_Parecer ZERO - Central Fotovoltaica de Vale Sobreirinho.pdf

Tipologia: Reclamação

ID 81818 Renato Augusto Reis em 2025-01-19

Comentário:

Ok

Anexos: Não

Tipologia: Concordância

Email:
geral@apambiente.pt

APA - Agência Portuguesa do Ambiente
Rua da Murgueira, 9/9A-Zambujal
Ap.7585
2610-124 Amadora

Sua Referência
N.º S001666-202501-
DCOM.DCA

Sua Data

Nossa Referência
DGADR-S00553-202502-OF-DSTAR/DOER

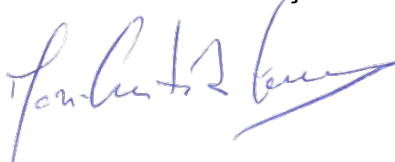
Data
04/02/2025

ASSUNTO: Consulta Pública - Central Solar Vale Sobreirinho, no concelho de Águeda
Processo de AIA n.º 3751

Foi remetido à Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural, ofício relativo ao processo de Avaliação de Impacte Ambiental (AIA) referido no assunto, que se encontra em fase de consulta pública. Analisado o traçado informa-se que a área do projeto, não interfere com aproveitamentos hidroagrícolas da tutela desta Direção-Geral, condicionados pela aplicação do regime jurídico das obras de aproveitamento hidroagrícola (RJOAH), traduzido no Decreto-Lei n.º 269/82, de 10 de julho com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 86/2002, de 6 de abril e legislação complementar, pelo que **não há lugar a parecer.**

Com os melhores cumprimentos,

A Diretora de Serviços



Maria Custódia Correia

SC



Parecer sobre o estudo de impacto ambiental do projeto solar fotovoltaico de Vale Sobreirinho e linha elétrica de ligação ao Sistema Elétrico Nacional, no âmbito da consulta pública em Fevereiro 2025

1. Introdução Este parecer técnico tem como objetivo analisar o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) referente ao projeto da Central Fotovoltaica de Vale Sobreirinho, no âmbito do projeto de hibridização do Aproveitamento Hidroelétrico de Ribeiradio, e da linha elétrica de ligação à linha de interligação do AH Ribeiradio com a Subestação de Mourisca. A análise baseia-se nos documentos apresentados no EIA, considerando os potenciais impactos ambientais particularmente nas espécies de morcegos, as medidas mitigadoras propostas e o plano de monitorização proposto.

2. Descrição do Empreendimento

O projeto da Central Fotovoltaica de Vale Sobreirinho integra os seguintes componentes:

- Central Fotovoltaica de Vale Sobreirinho constituída por 183 384 painéis fotovoltaicos, com uma potência total de 110,03 MWp e uma área de implantação de 136 ha, delimitada por uma vedação de 2,10 metros de altura;
- Linha elétrica a 60 kV de ligação à linha de interligação do AH Ribeiradio com a Subestação de Mourisca (REN), com um apoio;
- Subestação da Central Fotovoltaica de Vale Sobreirinho;
- acessos a criar (2,95 km) e a beneficiar (2,9 km)

A área destinada ao projeto está localizada no concelho de Águeda, entre os rios Águeda e Vouga, em área dominada por produções de eucalipto, marginadas por áreas edificadas e áreas agrícolas.

3. Análise da situação de referência e dos Impactos Ambientais

Morcegos: Os morcegos desempenham um papel ecológico crucial como controladores de populações de insetos. São em geral espécies com fecundidade baixa, o que implica que os impactos negativos nas populações de morcegos têm consequências graves para a sua conservação e que podem persistir durante intervalos extensos de tempo.

A alteração profunda no habitat originada por projetos de energias renováveis e em particular, pelas centrais fotovoltaicas, pode afetar significativamente as populações existentes na região, não só devido à perda potencial de áreas preferenciais de

alimentação, como da eventual diminuição de disponibilidade de presas, ou até destruição de abrigos, principalmente devido ao corte de árvores.

Durante a fase de operação das centrais solares fotovoltaicas é muito provável que ocorra mortalidade para a generalidade das espécies de morcegos, situação já reportada nalguns projetos similares nos EUA. Esta pode ocorrer não só nas linhas de painéis solares, como também ao nível das próprias vedações, mas desconhece-se de momento qual a magnitude que a mesma pode ter.

A descrição da situação de referência relativa aos quirópteros apresentada no EIA é insuficiente. O levantamento apresentado no EIA foi realizado exclusivamente com base em bibliografia, não tendo sido realizado nenhum trabalho de campo. Para além disso, o relatório síntese apenas refere a ocorrência na área de três espécies de morcegos da família vespertilionidae, sem no entanto referir quais. Serão seguramente mais as espécies e famílias presentes na área de estudo.

Não existem referências aos impactos do projeto no grupo dos quirópteros, quando os parques fotovoltaicos têm um efeito de exclusão neste grupo, bem como está reportada a ocorrência de mortalidade de morcegos nas centrais solares fotovoltaicas e estruturas associadas.

O relatório do EIA não faz nenhuma referência ao grupo dos quirópteros a quando da análise dos impactos cumulativos deste projecto conjuntamente com outros projectos existentes ou previstos para a área. Nas considerações superficiais que o EIA faz para os outros grupos da fauna e flora, nomeadamente para as aves, só são tidos em consideração projectos de produção e transporte de energia, não tendo em consideração outras tipologias de projectos, com destaque para as infraestruturas rodo-ferroviárias, como seja o projeto da linha de ferroviária de alta velocidade entre Lisboa e Porto.

Quanto aos **impactes negativos**, apenas foi identificada a **perturbação, pela presença das estruturas** e a **mortalidade por colisão com as estruturas do projeto**, ambos considerados de magnitude reduzida e pouco significativos. É omissa a **perturbação ou mesmo exclusão derivada das alterações de habitat** e não há qualquer consideração, análise ou discussão sobre os **impactos cumulativos dos vários projetos de energia fotovoltaica e das principais vias de comunicação existentes e previstas para a região** sobre as espécies de morcegos.

4. Análise das Medidas de Mitigação

O EIA não considera medidas de mitigação para nenhum grupo da fauna, sendo que a insuficiente descrição da situação de referência não permite avaliar a necessidade, ou não, de medidas de mitigação. Por exemplo, no abate de árvores maduras e de maior parte, deverão ser tidas em consideração práticas que minimizem o risco de mortalidade para os morcegos.

5. Análise do Plano de Monitorização

O EIA considera não ser necessária a implementação de planos de monitorização para as componentes de flora e habitat, e fauna. No entanto, a insuficiente descrição da situação

de referência, torna mais premente a necessidade da implementação de monitorização da atividade e da mortalidade potencial dos quirópteros na área do projeto.

6. Conclusão e Recomendações

A descrição da situação de referência do grupo dos quirópteros é deficitária, sendo insuficiente para avaliar os impactes do projeto neste grupo. Recomenda-se a monitorização da atividade dos quirópteros em fase de pré-construção a fim de ter uma base adequada para a correta avaliação dos impactes. Recomenda-se também a monitorização da atividade e da mortalidade em fase de exploração. A monitorização da mortalidade potencial de quirópteros deverá ser realizada nas zonas dos painéis fotovoltaicos e ao longo das vedações, com amostragens semanais para deteção de cadáveres de Março a Outubro e amostragens de fatores de correção de estimativas de mortalidade (eficácia de deteção e taxas de remoção).

Estudo de Impacte Ambiental (EIA) da Central Fotovoltaica de Vale Sobreirinho

A ZERO – Associação Sistema Terrestre Sustentável, com base na consulta dos documentos disponibilizados no portal do SIAIA, vem por este meio apresentar o seu parecer relativo ao EIA da Central Fotovoltaica de Vale Sobreirinho.

Ponto 1 - Falta de acesso a documentos (peças desenhadas) na plataforma do SIAIA

Neste primeiro ponto, a ZERO gostaria de evidenciar algo que, não estando diretamente relacionado com o projeto, está relacionado com um trâmite legalmente obrigatório para a sua aprovação em sede de AIA, que é a consulta pública. Por definição, a consulta pública é um momento no qual o projeto é apresentado à população e às várias entidades da sociedade civil, com o intuito de recolher informação, questões, opiniões e pareceres dos mesmos para informar a decisão por parte da Comissão de Avaliação.

Neste caso, identificamos uma situação que nos dificultou a análise aprofundada do EIA: por inúmeras vezes no relatório síntese fazem-se referências às Peças Desenhadas, como por exemplo, “No Desenho 2 encontram-se representadas todas as linhas de água que ocorrem na área de estudo, incluindo rios e ribeiras, segundo as cartas militares em vigor.”. Para nossa admiração, se pretendermos visualizar o Desenho 2, não se encontram disponíveis, ou pelo menos não corretamente apresentados, os documentos das Peças Desenhadas (volume 4).

Processo AIA	
N. AIA	3751
Nº PDA associada	.
Nº PPA associada	.
Designação do projeto	Central Fotovoltaica de Vale Sobreirinho (Híbrido da Central Hidroelétrica de Ribeiradio)
Proponente	.
Localização	ÁGUEDA
Licenciador	DGEG - Direcção-Geral de Energia e Geologia
Autoridade AIA	Agência Portuguesa do Ambiente, I.P.
Início de consulta pública	.
Fim de consulta pública	.
Sentido da decisão	.
Data da decisão	.
Projeto transfronteiriço	.
Documentos	EIA - EIA - Aditamento EIA - EIA - Resumo Não Técnico EIA - Informação Vetorial EIA Relatório Síntese (RS) - EIA - RS EIA Anexos - Anexo B - Acessos Preferenciais EIA Anexos - Anexo B - General Layout 001 EIA Anexos - Anexo B - 2860-PT-SB-CB Sections C5 to C6-003 EIA Anexos - Anexo K LevantamentoExóticasInvasoras EIA Anexos - Anexos D EIA Anexos - Anexo A - 2/2 EIA Anexos - Anexo B P24.001.02-PP-002-01 EIA Anexos - Anexo A - 1/2 EIA Anexos - Anexo B - Rede de Drenagem EIA Anexos - Anexo B - 2860-PT-SB-CB Sections C1 to C4-002 EIA Anexos - Anexo F ComprovativoEnvio Tutela EIA Anexos - Anexo G MD PIP EIA Anexos - Anexo J PFC VS Estimativa do numero de plantas a instalar por espécie EIA Anexos - Anexo I CSF ValeSobreirinho calculadora-GEE-para-projetos EIA Anexos - Anexo B - Estudo Hidrológico EIA Anexos - Anexo B - General Layout 002 EIA Anexos - Anexo E - Estudo Hidrológico EIA Anexos - Anexo G DA W24 026 036 PIP EIA Anexos - Anexos H
Georeferenciação	Localização

Figura 1 - Printscreen dos documentos do projeto disponibilizados na plataforma SIAIA. Como se pode verificar a estrutura de documentos não se encontra organizada de acordo com a estrutura apresentada no relatório (Volume 1 – Relatório Síntese, que corresponde ao presente documento; Volume 2 – Resumo Não Técnico; Volume 3 – Anexos Técnicos; Volume 4 – Peças Desenhadas; Volume 5 – Plano de Gestão Ambiental; Volume 6 – Índice de Ficheiros do EIA). Na estrutura de documentos no SIAIA não só estão documentos indevidamente rotulados tal como “Anexo G DA W24 026 036 PIP” (cujo conteúdo é imperceptível para quem participe na consulta pública), como também não se apresenta nenhum dos volumes 4, 5 e 6.



Ponto 2 - O projeto sobrepõe-se a área de Reserva Ecológica Nacional (REN) sem necessidade

Relativamente ao projeto e respetiva área de implantação, gostaríamos de obter esclarecimentos sobre quais as razões que levaram o proponente a necessitar de instalar painéis fotovoltaicos sobre área da REN, especificamente sobre cabeceiras de linha de água, que, de acordo com o relatório, ocorrem numa área reduzida relativamente à área total do projeto (1,4 ha ou 1,0% da área de implantação do projeto).

Tendo em conta a natureza modular deste projeto, não compreendemos porque é que o projeto não foi simplesmente desenhado dentro dos limites de área fora de REN. Compreendemos a necessidade de realizar alterações do uso do solo para produção de energia renovável, mas não compreendemos porque é que não é evitada uma má prática e um mau precedente (ocupação de REN), quando estamos a falar de uma área de dimensões reduzidas que, naturalmente, teria também impactos reduzidos na produção de energia.

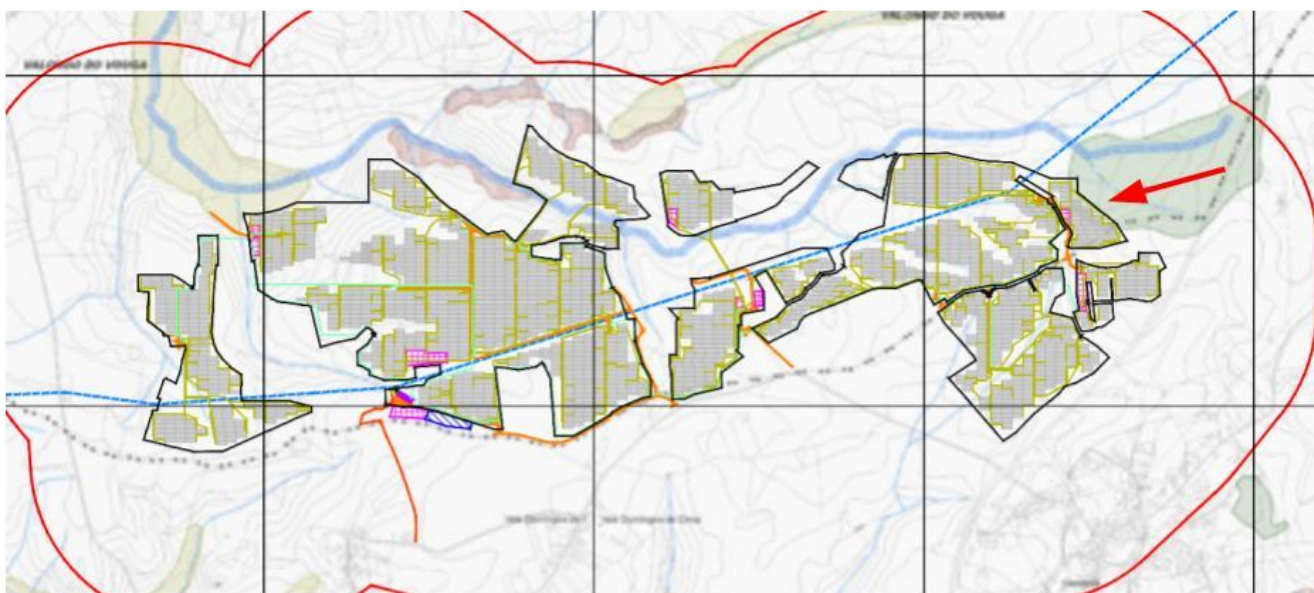


Figura 2 - Assinalado com uma seta vermelha está um exemplo de uma área de instalação de painéis que claramente é uma extensão sobre REN que poderia ser reduzida/alterada.

Relembramos, tal como o proponente fez para as áreas de elevado risco de erosão hídrica do solo (REN), que, de acordo com o Anexo I do Decreto-lei nº 124/2019, de 28 de agosto (RJREN), também existem para a categoria de REN de áreas estratégicas de infiltração e de proteção e recarga de aquíferos um conjunto de funções que não deverão ser colocados em causa pelo projeto, incluindo “Assegurar condições naturais de receção e máxima infiltração das águas pluviais nas cabeceiras das bacias hidrográficas e contribuir para a redução do escoamento e da erosão superficial”. Pelas informações disponibilizadas, que, mais uma vez referindo, estão incompletas, acreditamos que estamos perante um uso que irá contribuir para aumentar a erosão superficial e consequentemente poderá ter impactes nas condições naturais nas cabeceiras das bacias hidrográficas.

Ponto 3 - O projeto faz movimentação de terras e terraplanagem sem mostrar alternativas

Analisando a afirmação no relatório (EIA p. 225) de que “As ações do projeto não comprometem quaisquer destas funções, muito relacionadas com a preservação do recurso solo”, gostaríamos de discordar, uma vez que não se revelam quaisquer esforços ou análise de alternativas para evitar/reduzir a movimentação de terras que está prevista neste projeto. O projeto não só irá proceder à decapagem de terras vegetais em cerca de 3,01 ha, como também irá proceder à movimentação de terras para terraplanagem e mudanças topográficas para acomodar a instalação de painéis solares, e não fica claro a significância e necessidade que a dimensão destas movimentações têm.



Desta forma, acreditamos que não estão a ser feitos os esforços necessários para a manutenção do equilíbrio dos processos morfogénéticos e pedogenéticos da área de implantação.

Conclusões e sentido do parecer

Face às questões acima levantadas, a ZERO considera que este projeto carece de um aprofundamento quanto às razões que explicam a não remoção/redução de algumas partes do projeto associadas a impactes ambientais significativos. Sendo assim, emite parecer desfavorável à emissão de uma decisão de conformidade ambiental do projeto de execução.

24 de fevereiro de 2025

A Direção da ZERO – Associação Sistema Terrestre Sustentável